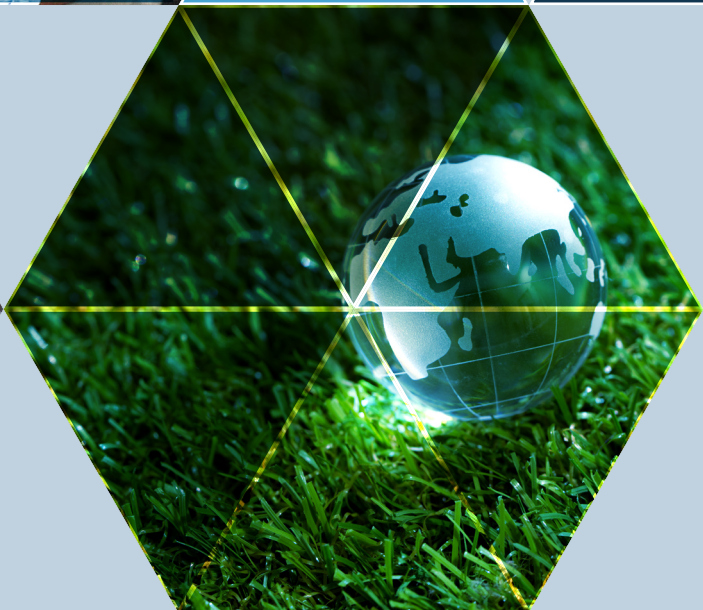
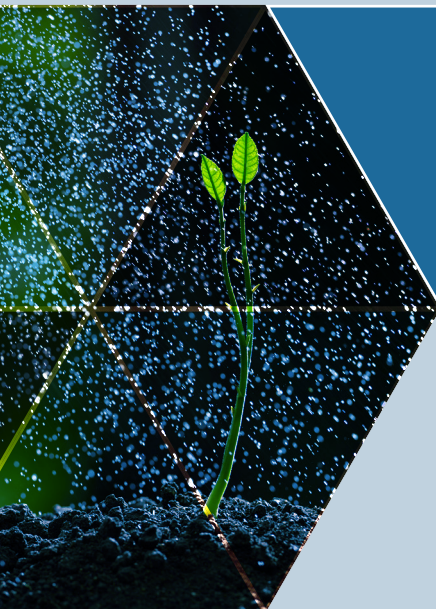


GUIA PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO ANUAL E DE SUSTENTABILIDADE

MELHORES PRÁTICAS DE
TRANSPARÊNCIA EM INFORMAÇÕES ASG



COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE

GUIA PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO ANUAL E DE SUSTENTABILIDADE

MELHORES PRÁTICAS DE
TRANSPARÊNCIA EM INFORMAÇÕES ASG

SÃO PAULO
OUTUBRO/2019





ÍNDICE

05 APRESENTAÇÃO

Objetivo da publicação

Mensagem do Diretor presidente da ABRAPP

Mensagem do Comitê de Sustentabilidade

08 INTRODUÇÃO

Contexto da sustentabilidade no setor de previdência complementar

Evolução da agenda de investimentos responsáveis

Acordos voluntários e publicações relacionadas

14 O PAPEL DAS EFPC NA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Impactos potenciais EFPC: atividades internas e de investimentos

16 A IMPORTÂNCIA DA TRANSPARÊNCIA

Importância do relato

Metodologias e referências

18 MODELO DE RELATO PARA AS EFPC

Metodologia e atividades envolvidas na elaboração do documento

Resultados da consulta de materialidade com as EFPC

24 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

24 AGRADECIMENTOS E EXPEDIENTE

25 ANEXO

Lista de abreviaturas e siglas

Abrapp: Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

AMEC: Associação de Investidores no Mercado de Capitais

Anbima: Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

ASG: Ambiental, Social e Governança

CDP: antes conhecido como Carbon Disclosure Project

CMN: Conselho Monetário Nacional

CNseg: Confederação Nacional das Seguradoras

CVM: Comissão de Valores Mobiliários

Ethos: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

EFPC: Entidades Fechadas de Previdência Complementar

FEBRABAN: Federação Brasileira de Bancos

GRI: Antes conhecido como Global Reporting Initiative

Ibase: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Previc: Superintendência Nacional de Previdência Complementar

PRI: *Principles for Responsible Investment* (Princípios para o Investimento Responsável)





APRESENTAÇÃO

OBJETIVO DA PUBLICAÇÃO

Diante das demandas globais de curto, médio e longo prazos, o foco na mitigação de impactos ambientais, bem como a geração de valor para a sociedade, tem sido premissa fundamental para garantir o desenvolvimento sustentável. Por isso, o tema tem ganhado força em práticas corporativas, de forma a permear a estratégia e tomada de decisões nas organizações em todo o mundo.

Neste cenário, o adequado entendimento dos impactos desta agenda sobre os negócios, sua integração à estratégia e processos de investimento, a prestação de contas e a transparência sobre as atividades e impactos das organizações frente aos seus diversos públicos de relacionamento é a espinha dorsal das boas práticas de governança corporativa. Entre os instrumentos da comunicação e melhores práticas de transparência estão os relatos de sustentabilidade, que consistem no reporte de indicadores de desempenho econômico, social e ambiental, bem como a estratégia e formas de gestão sobre os temas mais relevantes para o negócio, de acordo com a visão dos *stakeholders*.

Em linha com estes fatores, como forma de promover o diálogo transparente entre todos que fazem parte do setor – participantes, ativos, assistidos, prestadores de serviços, empresas investidas, órgãos reguladores e a sociedade em

geral –, bem como contribuir para a melhoria da gestão sobre os principais aspectos para as organizações e demandas globais, a Abrapp - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, por meio do Comitê de Sustentabilidade, incentiva suas associadas a adotarem as melhores práticas de relato relacionadas à sua operação e gestão de investimentos.

Assim, o objetivo deste guia é apresentar as principais diretrizes para a elaboração de relatórios anuais e de sustentabilidade para as entidades fechadas de previdência complementar que integram a Associação.

Boa leitura!

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

O tema da sustentabilidade tem ganhado destaque em discussões e organizações em todo o mundo nos últimos anos e é uma tendência cada vez mais presente no Brasil. Com o reconhecimento de que aspectos sociais, ambientais e de governança corporativa (ASG) trazem oportunidades e riscos aos investimentos, entre as entidades brasileiras o cenário não é diferente.

As mudanças e a evolução do setor, bem como o perfil dos novos públicos de relacionamento que devem emergir nos próximos anos, tornam o debate e o foco em questões ASG ainda mais relevante para o mercado de previdência complementar fechada. Por entender a importância do tema e como representante dos interesses comuns das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), a Abrapp assume o papel de mobilizadora das entidades na adoção de melhores práticas e promoção do desenvolvimento sustentável.

Desde 2006, a Abrapp apoia iniciativas internacionais no Brasil como os Princípios de Investimento Responsável (PRI) e o CDP. Seu primeiro Relatório Social foi publicado em 2007 e, no ano seguinte, a Associação criou a Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade (CTNSus), que devido à sua importância, em 2018 se tornou o Comitê de Sustentabilidade. Ao longo dos anos, o fomento ao olhar sobre a sustentabilidade tem crescido por meio da realização dos Seminários Anuais Abrapp “A sustentabilidade e o papel dos fundos de pensão no Brasil”; do Relatório Social das EFPC; e da criação do modelo de relatório do Ibase customizado para as EFPC.

Outros avanços importantes impulsionaram o compromisso da Abrapp com as melhores práticas e a discussão acerca da sustentabilidade, como a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica para Promoção do Trabalho Decente; a adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria de Políticas para as Mulheres, além de diversas publicações de guias e relatórios de apoio às entidades sobre este tópico, como a Política de Sustentabilidade Abrapp lançada em maio de 2019.

Para dar continuidade a este compromisso e gerar um efeito abrangente sobre o setor, a Abrapp lança a segunda edição do “Guia para elaboração de relatório anual e de Sustentabilidade para EFPC”, contemplando as normas atuais vigentes GRI, principal padrão global de relato.

Acreditamos que, pela forte participação que exercem nos setores onde estão inseridas, as EFPC têm o poder de impulsionar melhores práticas de gestão e contribuir para que as empresas implantem critérios ambientais, sociais e de governança corporativa em sua estratégia de atuação. Por meio desta iniciativa esperamos contribuir para um diálogo transparente entre o setor e seus diversos públicos de relacionamento sobre os temas cruciais da atualidade e do futuro, contribuindo positivamente para o desenvolvimento sustentável.

Luís Ricardo Marcondes Martins
Diretor Presidente - Abrapp

MENSAGEM DO COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE

Desde 2008, a Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade da Abrapp busca contribuir para o entendimento e fomento de questões sobre aspectos econômicos, sociais, ambientais e de governança corporativa no setor de previdência complementar fechada. Isso porque, além das demandas e impactos globais na sociedade e meio ambiente, o mercado está mudando.

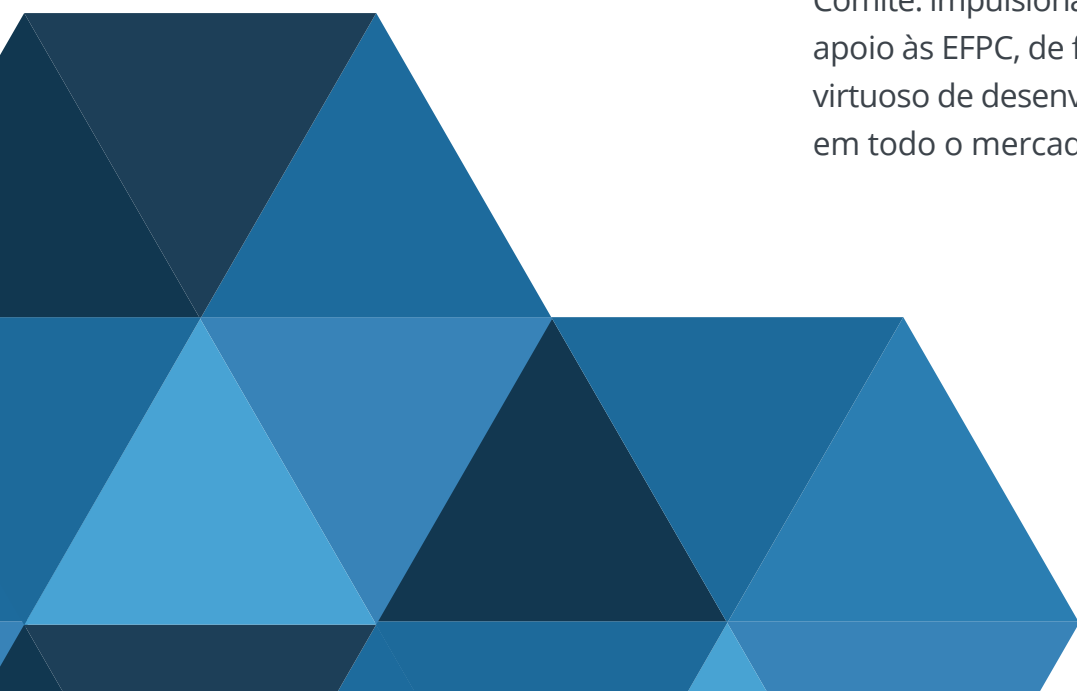
O tema atualmente vai além das boas práticas e começa a permear atualmente as regulações do setor de previdência complementar. Hoje, normativos como a Resolução CMN 4.661/2018 atribuem às EFPC o dever de, sempre que possível, observar as questões ASG em seus processos de decisão de investimentos. A Instrução 6/2018 da Previc trata das diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas EFPC, que devem inclusive elaborar políticas de investimento com direcionamentos para observância de princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança.

Além disso, as entidades estão passando por uma reformulação com novos planos de previdência instituídos. Assim, será possível atingir uma outra gama de possíveis novos participantes – um

público de novas gerações, com um olhar crítico e engajado sobre questões socioambientais e a destinação de seu patrimônio. A discussão vem ao encontro do debate global, que se congrega nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), uma gestão pautada nestes aspectos proporciona uma visão mais ampla e de futuro, fortalece a gestão de riscos e, conseqüentemente, possibilita a correção de rotas quando necessário.

Neste contexto, a transparência por parte das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e a incorporação de critérios ASG na estratégia, gestão e na tomada de decisões de investimento é essencial para atingir estes novos participantes, bem como para gerar valor para os atuais participantes, assistidos, órgãos reguladores, imprensa e empresas investidas, entre outros públicos direta ou indiretamente impactadas pelas atividades e operações das EFPC.

Mais do que uma peça de comunicação, os relatórios de sustentabilidade tornam-se uma ferramenta de gestão, já que contribuem para comparabilidade, clareza e confiabilidade das práticas realizadas. E essa é a grande intenção do Comitê: impulsionar e fornecer uma ferramenta de apoio às EFPC, de forma a contribuir para um ciclo virtuoso de desenvolvimento e gestão responsável em todo o mercado.





INTRODUÇÃO

CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE NO SETOR DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Nos anos 1950, nas universidades americanas já se discutia o conceito de responsabilidade social empresarial, que foi fortalecido nos anos de 1970, a partir da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano. Em 1980, Lester Brown, fundador do Earth Policy Institute, utilizou pela primeira vez o termo “sustentabilidade”, que consiste em estabelecer um elo de valor entre as empresas e seus públicos de interesse, que podem, inclusive, ser cruciais para o desenvolvimento e perenidade dos negócios. Em 1987, o relatório Nosso Futuro Comum, resultado da reunião de cúpula da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, cunhou o conceito de desenvolvimento sustentável:

“O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”

A evolução do tema trouxe para o debate o setor público e privado, tanto na economia real como no setor financeiro. Nos últimos anos, a integração de questões ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG) vem sendo apontada como uma tendência irreversível da indústria de investimentos, já que contribui para

o alinhamento à visão de longo prazo, necessário aos gestores de previdência complementar.

O tema já é parte da decisão de investidores institucionais em todas as regiões do mundo. Prova disso é que o último relatório da *Global Sustainable Investment Alliance* aponta para um crescimento de 34% dos ativos que apresentaram algum filtro ASG nos últimos dois anos, atingindo U\$ 30,7 trilhões no início de 2018. Já no mercado brasileiro, segundo pesquisa da Anbima, dos ativos que consideram as questões ASG em sua alocação, a maior parte adota estratégias de integração ASG mais ampla ou a seleção das melhores empresas de cada setor para compor as carteiras de investimento das gestoras.

A integração ASG se refere ao próprio papel do gestor em relação ao seu portfólio, à sua postura na influência de melhores práticas e no exercício do seu dever fiduciário junto aos seus participantes e assistidos. Portanto, trata-se da adequada gestão de ativos, já que, por meio da capitalização de suas reservas, é possível promover o crescimento dos recursos indispensáveis ao atendimento dos compromissos futuros. Pela forte participação que exercem nos setores onde estão inseridas, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar impulsionam melhores práticas de gestão e contribuem para que as empresas implantem critérios ambientais, sociais e de governança corporativa em sua estratégia de atuação, como a valorização do capital humano, a geração de valor para a sociedade e a otimização da utilização de recursos naturais.

EVOLUÇÃO DA AGENDA DE INVESTIMENTOS RESPONSÁVEIS

Atualmente, as EFPC brasileiras administram mais de R\$ 900 bilhões, de forma a assumir importante papel para a construção de um círculo virtuoso de investimento. Com relação à integração de aspectos ASG no mercado financeiro, no âmbito das associações e agentes autorreguladores, algumas instituições contam com uma Comissão de Sustentabilidade, que endereça o tema na agenda de seus signatários. É o caso da FEBRABAN, para os bancos, da Anbima, para os gestores de ativos, da CNseg, que abrange o mercado de previdência aberta, e da Abrapp, para as EFPC.

O tema avança também na agenda regulatória do Sistema Financeiro Nacional. Entre as regulações e tendências para o setor financeiro - crédito, investimentos ou seguros - estão:

Resolução CMN 3.792/2009: trazia a necessidade de as EFPC explicitarem em suas políticas de investimento o uso ou não de critérios socioambientais no processo de investimentos. Foi atualizada na Resolução 4.661/2018.

Resolução 4.327/2014 – Banco Central: requer dos bancos e demais agentes que reportam ao Banco Central (incluindo corretoras de valores mobiliários) que possuam uma Política de Responsabilidade Socioambiental, um Sistema de Gerenciamento do Risco Socioambiental e uma estrutura de governança para o tratamento do tema na instituição.

Instrução 552/2014 – CVM: requer das empresas de capital aberto que incluam em seu formulário de referência, em seções específicas, informações acerca de sua exposição ao risco socioambiental e se produzem um relatório específico para o reporte destas informações ao mercado.

Resolução CMN 4.661/2018: atribui às EFPC o dever de, sempre que possível, observar as questões ASG em seus processos de decisão de investimentos.

Instrução 6/2018 - Previc: trata das diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências. Segundo o Art.22, as EFPC devem inclusive elaborar políticas de investimento com diretrizes para observância de princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança.





No mundo, de acordo com o estudo *Global Guide to Responsible Investment Regulation*, dos Princípios de Investimento Responsável, para o setor de Previdência Complementar Fechado, entre as 50 maiores economias, 14 possuem iniciativas regulatórias para as questões ASG e sete estão desenvolvendo suas regulações no mercado europeu. Os códigos de *Stewardship*¹ também são considerados uma tendência importante na autorregulação de questões ASG para o mercado de previdência, com 11 que possuem códigos voluntários para os mercados de investimento. No Brasil, a Associação de Investidores do Mercado de Capitais (Amec) conta com o Código Amec de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais.

Talvez um dos principais desafios globais para a integração ASG seja o desenvolvimento de métricas adequadas de mensuração e reporte

do impacto destas questões no desempenho das empresas e, por consequência, no portfólios de ativos. No entanto, o tema também traz a reboque oportunidades de investimento, ao debater a necessidade de inovação, desenvolvimento de novas tecnologias e ao endereçar gaps de investimento que promovem o desenvolvimento social, como é o caso da infraestrutura no Brasil, que pode se beneficiar da consideração de impactos ASG no desenvolvimento de projetos e captação de *funding* para viabilizar os empreendimentos no setor.

A oferta de produtos de investimento com integração ASG é relevante em mercados desenvolvidos, mercado que ainda é restrito no Brasil. Neste sentido, a flexibilização da regulação para o investimento de até 10% dos ativos das EFPC em fundos de investimento estrangeiros pode ser uma oportunidade não somente para direcionar recursos para produtos que contemplem as questões ASG, mas permitem ainda a troca de conhecimento e tecnologia internacional, fomentando a adoção de boas práticas também no mercado brasileiro, além da diversificação de carteiras para mercados e temas não contemplados atualmente pelas EFPC em suas carteiras de investimento.

¹*Stewardship* é um termo de difícil tradução para o português, que diz respeito à condução de uma embarcação. No mercado de investimento, o Código de *Stewardship* diz respeito à forma como investidores institucionais conduzem a participação em empresas investidas e junto ao mercado de investimentos.

ACORDOS VOLUNTÁRIOS E PUBLICAÇÕES RELACIONADAS

Cada vez mais os temas ASG são vistos sob o ponto de vista do dever fiduciário e da gestão de riscos de proprietários e gestores de ativos. Neste sentido, a ampliação da discussão por meio de acordos e iniciativas voluntárias tem observado uma evolução nos últimos anos:

Dever fiduciário: o olhar sobre as questões ASG é visto como uma parte relevante do exercício do dever fiduciário de investidores institucionais, já que a gestão de riscos pode impactar a rentabilidade de longo prazo das carteiras de investimento - aspecto tratado nas publicações e na abordagem das iniciativas junto aos reguladores.

Transparência: todas as iniciativas têm como premissa a importância da transparência com relação ao progresso e resultados da integração ASG.

Engajamento das empresas investidas: todos os acordos, nacionais ou internacionais, reforçam a importância de exercer influência sobre as empresas investidas para a adoção de melhores práticas ASG, encorajada por diferentes acordos e iniciativas do mercado de capitais.

Trabalho colaborativo: a atuação conjunta de proprietários ou gestores de ativos é vista como uma boa prática e a promoção da agenda de forma conjunta é uma forma de acelerar e alavancar os resultados da integração ASG no mercado de capitais.



Iniciativas para o desenvolvimento sustentável

Como forma de promover o desenvolvimento sustentável, existem diversos compromissos e acordos, nacionais e globais, que reforçam o compromisso das empresas acerca do tema. Confira alguns deles a seguir:

Global Reporting Initiative: organização não governamental e holandesa, fornece diretrizes globais e multisetoriais para relatórios de sustentabilidade. Foi criada com o objetivo de melhorar a qualidade da aplicabilidade das informações, bem como as práticas de gestão das companhias.

Indicadores Ethos: consistem em indicadores para empresas interessadas em avaliar sua gestão na perspectiva da sustentabilidade e da responsabilidade social. Por meio do preenchimento desses indicadores, as empresas conseguem fazer seu próprio diagnóstico e levantar subsídios para o planejamento estratégico.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: trata-se de uma agenda mundial, adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030.

Código Amec de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais - Stewardship: lançado em 2017, o Código de *Stewardship* da Associação de Investidores do Mercado de Capitais é uma tendência global entre investidores institucionais, em diferentes países do mundo. O Código se centra em 7 princípios que promovem o desenvolvimento de um programa de *Stewardship*.

Princípios para o Investimento Responsável: iniciativa de investidores institucionais, com apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), que representa o compromisso de levar em consideração na análise de investimentos critérios que não sejam somente econômico-financeiros.

Laboratório de Inovação Financeira: Coordenado pela CVM, BID e ABDE, o LAB é um fórum multisetorial para promoção da inovação financeira que suporte o desenvolvimento sustentável no Brasil.

CDP: promovida por investidores institucionais, consiste no envio de questionário de *disclosure* sobre governança relacionada as mudanças climáticas para as maiores empresas de capital aberto do mundo. O objetivo é adequar as futuras decisões de investimentos à economia de baixo carbono por meio da transparência das informações.

Sustainability Accounting Standards Board: organização independente, sem fins lucrativos, cuja missão é desenvolver e disseminar padrões de contabilidade de sustentabilidade que ajudem as empresas públicas a divulgar informações materiais e úteis para os investidores.

Iniciativas Abrapp

Comitê de Sustentabilidade - Abrapp

Iniciativa da Abrapp, tem como objetivo propor à Diretoria Integrada do Sistema ações voltadas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de questões relacionadas a responsabilidade social e da sustentabilidade, bem como coordenar projetos neste âmbito.

Princípios Básicos de Responsabilidade Social Abrapp/Ethos

Criada em 2004, a iniciativa compreende onze princípios básicos de gestão, que envolvem governança corporativa, ver balanço social, inclusão social, mão-de-obra, mão-de-obra terceirizada, meio ambiente, geração de renda, projetos sociais, ética e transparência, apresentação da política de investimentos e critérios tradicionais.

Código de Autorregulação em Governança de Investimentos - Abrapp

Tem o propósito de colaborar com o aperfeiçoamento das práticas de governança de investimentos, mitigar a percepção de riscos existentes e contribuir para o desenvolvimento sustentável da previdência complementar fechada do país.

Código de Autorregulação em Governança Corporativa - Abrapp

Tem por objetivo estabelecer parâmetros, por meio de sólido referencial de boas práticas e o aperfeiçoamento da governança corporativa das EFPC.

O PAPEL DAS EFPC NA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

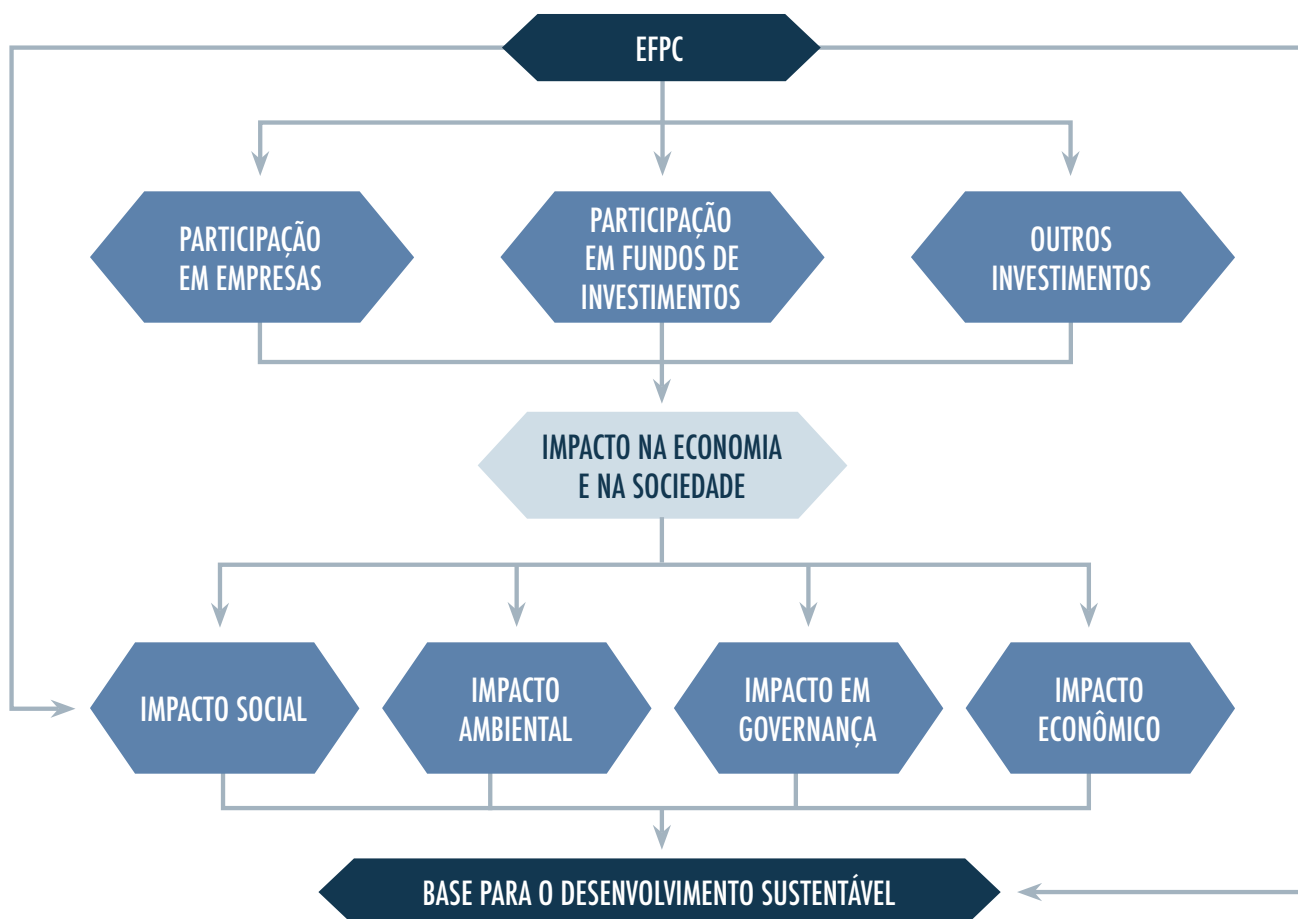
IMPACTOS POTENCIAIS EFPC:

ATIVIDADES INTERNAS E DE INVESTIMENTOS

Pelo fato de gerir recursos que garantem um futuro melhor aos participantes, assistidos e suas famílias, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar têm um papel fundamental na manutenção da qualidade de vida de seu público. Também assumem a posição de agente importante de fomento da economia brasileira, já que atualmente os as entidades brasileiras administram mais de R\$ 900 bilhões, o que contribui para a construção de um círculo virtuoso de investimento.

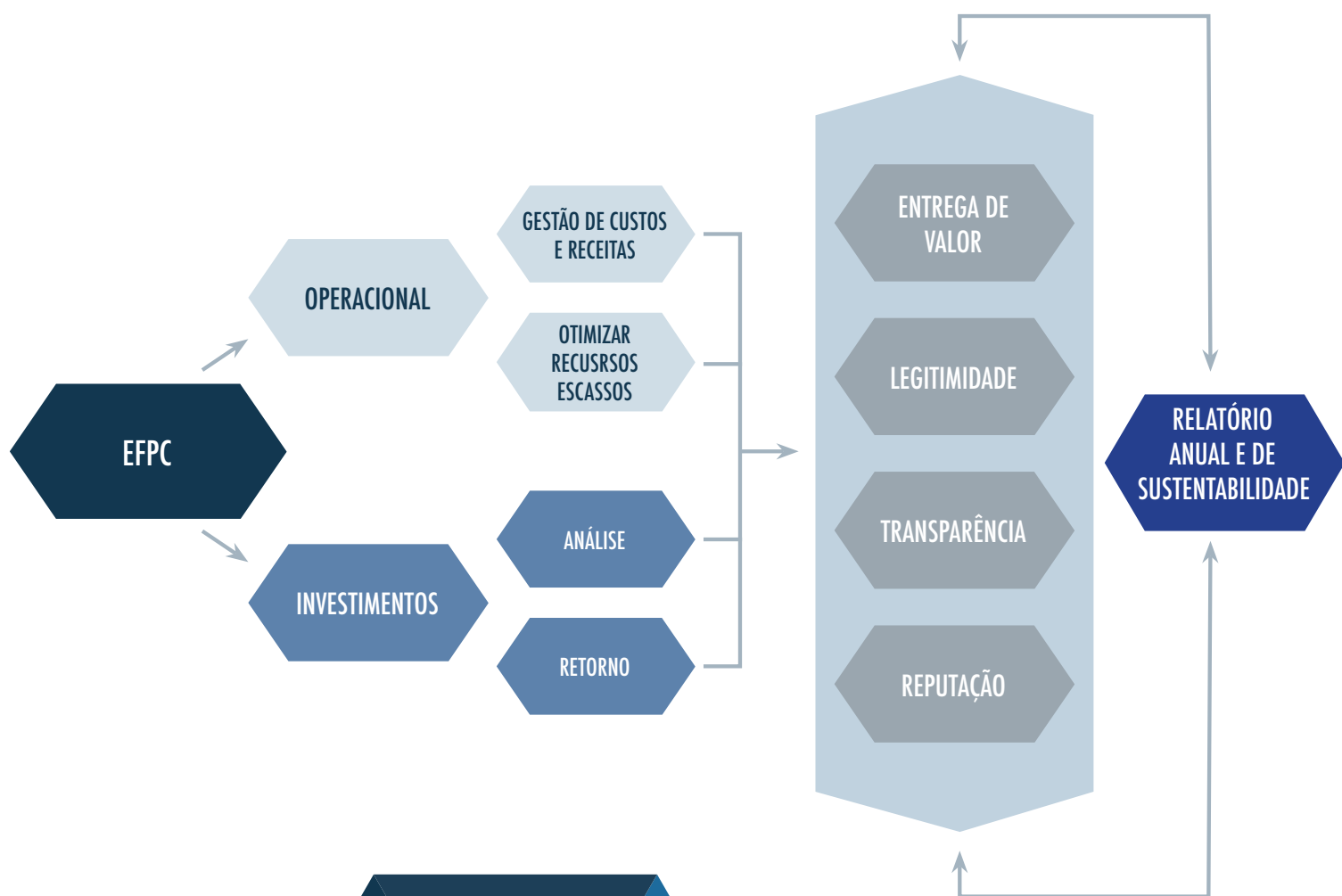
Adicionalmente, pela forte participação nos setores em que estão inseridas, as entidades têm a oportunidade de influenciar as lideranças das empresas investidas para a adoção de melhores práticas, que envolvem a inserção de critérios ASG na estratégia e gestão. Tais iniciativas geram valor para as entidades, participantes e para os diversos públicos de relacionamento, já que contribuem para as demandas globais, entre elas, o uso eficiente de recursos, práticas trabalhistas e relacionamento com a sociedade.

Comunicar aos públicos de interesse o modelo de gestão ASG, o retorno e o impacto na sociedade



MELHORES PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA

Por entender a relevância destas questões para a gestão de recursos das EFPC, o Comitê de Sustentabilidade da Abrapp fomenta a análise e gestão de práticas administrativas e de investimentos que consideram aspectos de ASG, bem como a transparência acerca das iniciativas para todos os públicos de relacionamento do setor. Mais informações são apresentadas no capítulo a seguir.



A IMPORTÂNCIA DA TRANSPARÊNCIA

Com a descentralização da comunicação, cujo discurso provém de diversos *stakeholders*, e com a quantidade de informações disponíveis a todos, a transparência sobre a gestão de temas de maior impacto e influência das empresas tornou-se ainda mais importante e passou a ser analisada pelos diversos públicos de interesse das companhias. Com isso, mais do que seu balanço financeiro, hoje espera-se que empresas e investidores abordem seus impactos econômicos, sociais e ambientais e sua capacidade de gerar valor e sobreviver no longo prazo.

Entre os instrumentos da comunicação, relacionadas aos aspectos ASG em sua operação e gestão de investimento, estão os relatórios

Vantagens de relatar

Gestão

Elaborar o relatório envolve a identificação, mensuração e divulgação do desempenho de indicadores relevantes da empresa, de forma a fazer com que o relato seja uma ferramenta de gestão, inclusive dos riscos aos quais a empresa está sujeita.

Engajamento interno

A produção do relato geralmente envolve diversas áreas das companhias. Desta forma, é uma oportunidade de engajar o público interno sobre aspectos além do âmbito financeiro.

Visão de futuro

De acordo com as boas práticas de relato, a elaboração do documento provoca o desenvolvimento e reporte de uma estratégia de gestão de futuro, sob a ótica de impactos positivos e negativos, tanto da empresa, quanto de fatores externos.

Diálogo

O relato de sustentabilidade permite que empresas estabeleçam um diálogo transparente com seus públicos de relacionamento sobre seus principais impactos – positivos e negativos – e oportunidades, de forma a se apropriarem de seu próprio discurso.

Reputação

Ao ser transparente sobre suas atividades, as empresas tendem a promover sua credibilidade e fortalecer sua reputação perante seus diversos públicos.

de sustentabilidade, que consistem no reporte de indicadores de desempenho econômico, social e ambiental das empresas, geralmente de periodicidade anual.

Mais do que uma peça de comunicação, o relato dos indicadores auxilia as organizações a focarem nos temas de maior impacto e influência do negócio, a estabelecer metas, acompanhar, comparar seu desempenho e gerir mudanças a fim de garantir a perenidade dos negócios e a contribuição com o desenvolvimento sustentável.

METODOLOGIAS E REFERÊNCIAS

Para a construção dos relatos, a *Global Reporting Initiative (GRI)* – uma organização internacional e independente, com sede em Amsterdã (Holanda) – criou diretrizes e indicadores a fim de auxiliar empresas, governos e outras organizações a entender e comunicar o impacto do negócio em temas críticos de sustentabilidade, tais como mudanças climáticas, direitos humanos, corrupção, entre outros.

Seu propósito está pautado em uma economia global sustentável pela qual as organizações podem medir seus desempenhos e impactos econômicos, ambientais, sociais, bem como os relacionados à governança, de uma maneira responsável e transparente. Para isso, adota como missão fazer com que a prática de relatórios de sustentabilidade se torne padrão, fornecendo orientação e suporte para as organizações.

GRI Standards

Atualmente, o padrão vigente para relato é o GRI Standards, que apresenta uma estrutura modular e representa as melhores práticas globais para relatar uma variedade de impactos econômicos, ambientais e sociais. Os relatórios de sustentabilidade baseados nos Standards fornecem informações sobre as contribuições positivas ou negativas de uma organização para o desenvolvimento sustentável.

As diretrizes envolvem critérios de perfil (contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional), forma de gestão (descrição de

como a organização trata determinados temas e desempenho em uma área) e indicadores de desempenho (informações sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização)

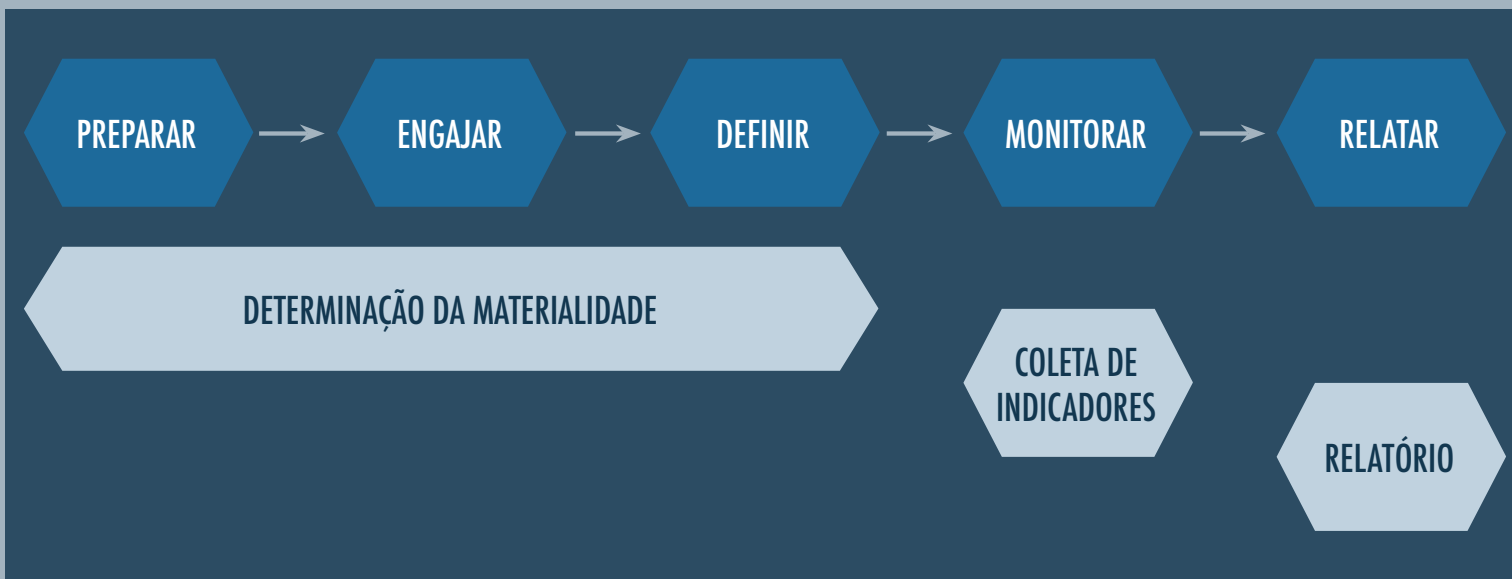
A GRI determina que as informações sobre desempenho sejam contextualizadas e que, primordialmente, relatem como a organização contribui ou pretende contribuir no futuro para a melhoria ou deterioração de condições econômicas, ambientais e sociais, desdobramentos e tendências em nível local, regional ou global. As diretrizes *GRI Standards* estão disponíveis em www.globalreporting.org e mais informações sobre o processo de relato são apresentadas no próximo capítulo.

MODELO DE RELATO PARA AS EFPC

METODOLOGIA E ATIVIDADES ENVOLVIDAS NA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

A elaboração dos relatórios de sustentabilidade é um processo. Segundo a GRI, é recomendável que as organizações sigam cinco passos de orientação para a construção do relato.

Processos para o relato



Preparar – Fase de discussão interna, principalmente em nível gerencial, para identificar os impactos econômicos, ambientais e sociais positivos e negativos mais evidentes.

Conectar – Contribuição dos públicos de relacionamento sobre quais aspectos devem ser considerados pela empresa.

Definir – Após a contribuição dos *stakeholders*, a equipe de gestão do projeto definirá quais aspectos positivos e negativos são mais importantes para serem relatados, contribuindo para a definição do conteúdo e principais enfoques do relatório.

Monitorar – Consiste na coleta dos dados e indicadores que serão inseridos no relatório final, de forma a apoiar as organizações sobre quais aspectos devem ser monitorados, o que auxilia em um relato claro e transparente.

Relatar – Os dados coletados serão apresentados no relatório final, etapa que envolve preparação, redação e decisões importantes sobre como comunicar os resultados.



Princípios de conteúdo e qualidade

Para promover a alta qualidade dos relatórios, a GRI recomenda que sejam aplicados os princípios de relato, que são divididos em dois grupos: princípios para definir o conteúdo do relatório e princípios para definir sua qualidade. A recomendação contribui para apoiar as organizações na definição do conteúdo do relato, considerando suas atividades, impactos e os interesses de seus *stakeholders*.

Princípios para definir o conteúdo

◆ INCLUSÃO DE *STAKEHOLDERS*:

A organização deve identificar seus *stakeholders* e explicar no relatório as medidas que adotou para responder às expectativas e interesses razoáveis dessas partes.

◆ MATERIALIDADE:

O relatório deve abordar Aspectos que: reflitam os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização; ou possam influenciar, substantivamente, as avaliações e decisões de *stakeholders*.

◆ CONTEXTO DE SUSTENTABILIDADE:

O relatório deve descrever o desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade.

◆ COMPLETEZUE:

A cobertura de aspectos materiais e seus limites deve ser suficientemente ampla para refletir impactos econômicos, ambientais e sociais significativos e permitir que *stakeholders* avaliem o desempenho da organização no período analisado.

Princípios para definir a qualidade

EQUILÍBRIO:

O relatório deve refletir aspectos positivos e negativos do desempenho da organização, de modo a permitir uma avaliação equilibrada do seu desempenho geral.

COMPARABILIDADE:

A organização deve selecionar, compilar e relatar as informações de forma consistente. Devem ser apresentadas de modo que permita aos *stakeholders* analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e subsidiar análises relacionadas a outras organizações.

EXATIDÃO:

As informações devem ser suficientemente precisas e detalhadas para que os *stakeholders* possam avaliar o desempenho da organização relatora.

TEMPESTIVIDADE:

A organização deve publicar o relatório regularmente e disponibilizar as informações a tempo para que os *stakeholders* tomem decisões fundamentadas.

CLAREZA:

A organização deve disponibilizar as informações de forma compreensível e acessível aos *stakeholders* que usam o relatório.

CONFIABILIDADE:

A organização deve coletar, registrar, compilar, analisar e divulgar as informações e processos usados na elaboração do relatório de uma forma que permita sua revisão e estabeleça a qualidade e materialidade das informações.



Priorização para definição do conteúdo

Em relação ao desempenho econômico, social ou ambiental, as empresas contam com uma grande possibilidade de temas e tópicos que podem ser abordados no relato. Com isso, a priorização dos temas mais relevantes – nomeados de temas materiais, que constituem uma matriz de materialidade - é fundamental. De acordo com a GRI, os relevantes são aqueles que podem ser razoavelmente considerados importantes por refletirem os impactos econômicos, ambientais e sociais da organização ou influenciarem as decisões dos *stakeholders*.

A matriz de materialidade deve ser constituída com base em uma combinação de fatores internos e externos, nos âmbitos econômico, social e ambiental, o que inclui a missão geral da organização e sua estratégia competitiva, preocupações diretamente expressas por *stakeholders*, expectativas sociais mais amplas e a influência da organização em públicos como cadeia de fornecedores e clientes.

Para levantar as preocupações dos *stakeholders*, é recomendável uma consulta às partes interessadas, que envolve algumas etapas:

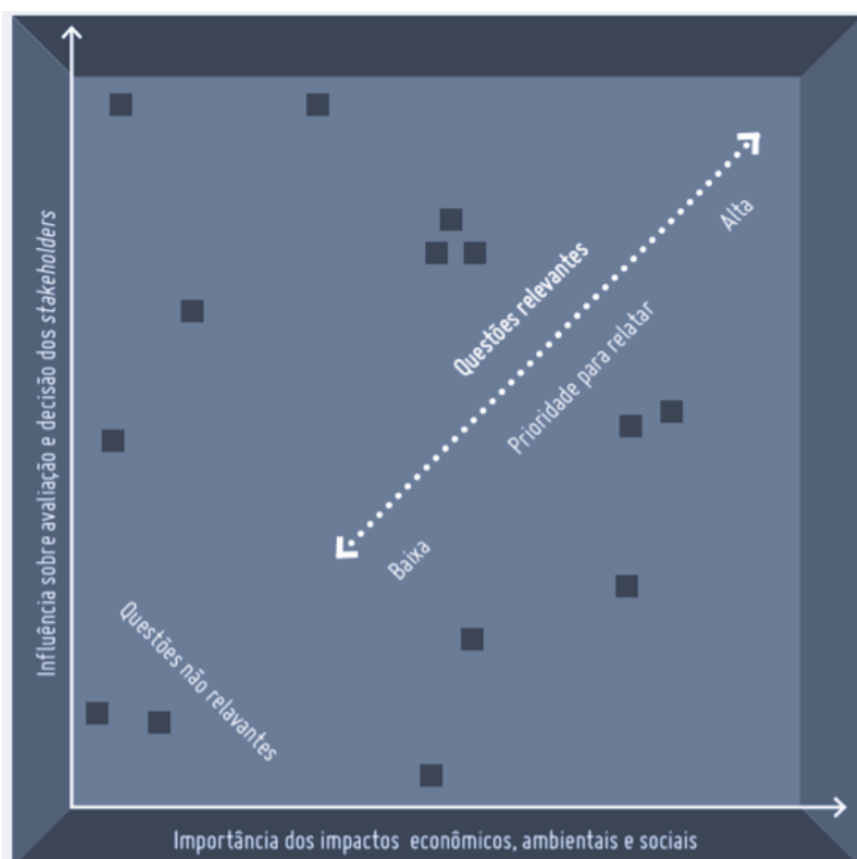
1ª) Identificar os principais públicos de relacionamento estratégicos da EFPC.

2ª) Realizar uma pesquisa presencial e/ou virtual que envolva a participação desses públicos, com o objetivo de identificar os assuntos de interesse deles.

3ª) No encontro ou na pesquisa, propor a análise de temas relacionados às práticas de gestão, à governança corporativa, ao desempenho econômico-financeiro, às práticas trabalhistas, sociais, ambientais, entre outros.

4ª) Com as respostas em mãos, tabular e analisar cada resposta para realizar a escala de materialidade em quatro graus de importância: altíssima relevância, alta relevância, média relevância e baixa relevância.

5ª) Ao final de todos os assuntos listados, identificar quais foram os mais citados pelos *stakeholders* (altíssima e alta relevâncias) para priorizá-los no relatório.



Relato e divulgação

A cobertura dos aspectos materiais e seus limites deve seguir o conceito de completude, ou seja, ser suficientemente abrangente a fim de refletir de fato os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos e permitir que *stakeholders* avaliem o desempenho da empresa no período analisado. O ideal é definir um ciclo periódico para produzir. A publicação anual é a mais comum, embora algumas organizações publiquem bienalmente.

Não há um tamanho ideal, mas com a etapa de priorização de conteúdo, o intuito é que a peça apresente informações de fato relevantes. Existem alguns meios de apresentação para acesso dos *stakeholders* ao relatório: versão impressa e versões eletrônicas (pendrive, site ou disponibilização de PDF para *download* no website corporativo). Para a divulgação, algumas empresas realizam eventos de lançamento do relatório, ou organizam reuniões, enviam exemplares impressos ou e-mail marketing, além de posts nas redes sociais.

RESULTADOS DA CONSULTA DE MATERIALIDADE COM AS EFPC

A Abrapp, em parceria com a consultoria Resultante, realizou uma pesquisa com representantes de EFPC para definir os temas e aspectos de maior impacto e influência no segmento de previdência complementar, a fim de apoiar a gestão da sustentabilidade e a produção de relatórios de sustentabilidade.

Foram analisados e priorizados temas relacionados às práticas de gestão, à governança corporativa, ao desempenho econômico-financeiro, às práticas trabalhistas, sociais, ambientais e ao relacionamento com a sociedade, participantes e assistidos.

A seguir, são apresentados os temas e indicadores GRI a serem relatados pelas EFPC em seus relatórios de sustentabilidade. No entanto, trata-se de uma recomendação, já que os temas e indicadores podem variar de acordo com as especificidades de cada entidade e sua própria consulta de materialidade, conforme recomendado pela GRI.

Temas e indicadores a serem relatados

As EFPC possuem impactos diretos, sua operação, e indiretos, por meio dos seus investimentos, então os indicadores devem ser analisados e reportados de acordo com essa premissa, contemplando suas práticas internas e também a análise e os dados solicitados de suas investidas.

Desempenho econômico	Indicadores GRI
Gestão de Riscos	102-5
Resultados econômicos (receitas, custos e investimentos)	
Governança corporativa	Indicadores GRI
Gestão de investimentos e estratégia: consideração de questões ASG na seleção de ativos para investimento dos recursos e na estratégia	102-18, 102-20, 102-29, 102-31
Programas de prevenção e combate à corrupção	102-16, 102-17, 205-1, 205-2, 205,3
Relacionamento com o Regulador e o Poder Público	102-40, 102-41, 102-42, 102-43, 102-44, 415-1
Relacionamento com colaboradores	Indicadores GRI
Saúde e segurança no trabalho	403-1, 403-2, 403-3, 403-4, 403-5, 403-6, 403-7, 403-8, 403-9, 403-10, 410-1
Políticas e práticas de não discriminação	406-1
Governança e programas de combate à violação de direitos humanos	410-1, 412-1, 412-2, 412-3
Combate ao trabalho infantil e análogo a escravo	408-1, 409-1
Relacionamento com clientes e assistidos	Indicadores GRI
Qualidade das informações disponíveis sobre produtos e serviços da Entidade	417-1, 417-2, 417-3
Proteção à privacidade dos dados de participantes e beneficiários	418-1
Iniciativas de educação financeira e previdenciária	
Pesquisa de satisfação de participantes/beneficiários e uso de informações para melhorias internas	102-43

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRI Standards: <https://www.globalreporting.org/standards/>

Consolidado Estatístico Abrapp 2019: http://www.abrapp.org.br/Consolidados/Consolidado%20Estat%C3%ADstico_05_2019.pdf

Publicações Abrapp: <http://www.abrapp.org.br/Paginas/Publicacoes.aspx>

Resoluções e Instruções Previc: <http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/instrucoes/instrucoes-previc/2018>

AGRADECIMENTOS E EXPEDIENTE

A Abrapp agradece a todos os envolvidos na elaboração desta edição do projeto, cujo intuito é contribuir para o avanço na integração da sustentabilidade ao cotidiano dos negócios. O material foi produzido pelo Comitê de Sustentabilidade da Abrapp, em parceria com a consultoria Resultante.

Realização: Comitê de Sustentabilidade da Abrapp

Diretor: Luiz Paulo Brasizza | VWPP

Coordenadora: Raquel Castelpoggi - FRG

Membros do Comitê:

Adriana Barreto Rodrigues - PETROS

Anna Claudia Fernandes Gonçalves - SERPROS

Arildo de Oliveira Pinto - PRECE

Cleiton Augusto Oliveira Pires - FAELBA

Elaine Oliveira da Silva - ELETROS

Luara Arcirio Vidal - FUNCEF

Luis Henrique Omena Baptista - PREVI

Márcio Câmara - ICATU FMP

Rogério Borba - OAB PREV - RJ

Thais Hernandez Dias - VALIA

Consultoria técnica

RESULTANTE – Research. Consultoria. Educacional

<https://resultante.com.br/>

Redação

Bárbara Calache, jornalista

bcalache@gmail.com

Diagramação

Paula Credidio Assali, graphic designer

<https://paulinha.myportfolio.com>

ANEXO



INDICADORES MATERIAIS

A seguir são apresentados os indicadores considerados materiais, segundo consulta realizada pela consultoria. De acordo com a GRI, há duas opções de acordo que podem ser escolhidas:

Essencial: além dos indicadores de Perfil, Governança e Abordagem de Gestão, para atender ao padrão é necessário responder ao menos um indicador de cada aspecto considerado relevante. Exemplo: em Desempenho Econômico, é necessário responder ao menos um dos indicadores 201-1, 201-2, 201-3 ou 201-4.

Abrangente: além dos indicadores de Perfil, Governança Abordagem de Gestão, é necessário reportar todos os indicadores dos aspectos considerados materiais. Ex: em Desempenho Econômico, é necessário responder todos indicadores, caso o aspecto seja considerado relevante: 201-1, 201-2, 201-3 ou 201-4.

Informações sobre os requisitos e recomendações da GRI para reporte de cada indicador estão disponíveis em <https://www.globalreporting.org/standards/>

TÓPICOS MATERIAIS		
Desempenho econômico		
GRI Standard	Divulgação	Explicação Resumida
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	Por que o tema é material e o limite para o tópico material (onde e como ocorre o impacto).
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	Como a organização gerencia o tópico (políticas, compromissos, ferramentas de gerenciamento, entre outros).
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	Como avalia a forma de gestão, incluindo: mecanismos, resultados e quaisquer ajustes relacionados à forma de gestão.
GRI 201: Desempenho econômico 2016	201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído	Valor econômico direto gerado e distribuído em regime de competência, incluindo os componentes básicos para as operações globais da organização, como receitas; custos operacionais, salários, benefícios, entre outros, e o valor econômico direto gerado menos valor econômico distribuído.
	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades devido as mudanças climática	Riscos e oportunidades representados pelas mudanças climáticas que têm o potencial de gerar mudanças significativas nas operações, receitas ou despesas.
	201-3 Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria	Se há passivos do plano que são cobertos pelos recursos gerais da organização, o indicador solicita ao menos o valor estimado dessas Responsabilidades.
	201-4 Ajuda financeira recebida do governo	Valor monetário total da ajuda financeira recebida pela organização de qualquer governo durante o período de relatório, incluindo benefícios e impostos de crédito, prêmios, entre outros.

TÓPICOS MATERIAIS

Combate à corrupção

GRI Standard	Divulgação	Explicação Resumida
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	Por que o tema é material e o limite para o tópico material (onde e como ocorre o impacto).
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	Como a organização gerencia o tópico (políticas, compromissos, ferramentas de gerenciamento, entre outros).
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	Como avalia a forma de gestão, incluindo: mecanismos, resultados e quaisquer ajustes relacionados à forma de gestão.
GRI 205: Combate à corrupção 2016	205-1 Operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção	Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção, bem como os riscos significativos relacionados à corrupção identificados nas avaliações.
	205-2 Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção	Número total e percentual de membros do órgão de governança, empregados e/ou parceiros comerciais que foram comunicados sobre políticas e procedimentos anticorrupção da organização, discriminados por região.
	205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Número total e natureza dos casos confirmados de corrupção, envolvendo empregados, órgãos de governança e parceiros comerciais, bem como medidas tomadas.

Saúde e segurança ocupacional

GRI Standard	Divulgação	Explicação Resumida
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	Por que o tema é material e o limite para o tópico material (onde e como ocorre o impacto).
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	Como a organização gerencia o tópico (políticas, compromissos, ferramentas de gerenciamento, entre outros).
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	Como avalia a forma de gestão, incluindo: mecanismos, resultados e quaisquer ajustes relacionados à forma de gestão.
GRI 403: Saúde e segurança ocupacional 2016	403-1 Empregados representados em comitês formais de saúde e segurança	Nível em que os comitês formais trabalhador-empresa de gestão de saúde e segurança opera dentro da organização, bem como percentual de trabalhadores cujo trabalho ou local de trabalho seja controlado pela organização e que estão representados por estes comitês.
	403-2 Tipos de lesões, taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de mortes relacionadas ao trabalho	Tipos de lesões, a taxa de lesões, a taxa de doenças ocupacionais, a taxa de dias perdidos, a taxa de absenteísmo e o número de óbitos relacionados ao trabalho para todos os empregados e não empregados, por região e gênero.
	403-3 – Trabalhadores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação	Se existem trabalhadores cujo trabalho ou local de trabalho seja controlado pela organização estão envolvidos em atividades ocupacionais que têm alta incidência ou alto risco de determinadas doenças.

TÓPICOS MATERIAIS

Combate à corrupção

GRI Standard	Divulgação	Explicação Resumida
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	Por que o tema é material e o limite para o tópico material (onde e como ocorre o impacto).
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	Como a organização gerencia o tópico (políticas, compromissos, ferramentas de gerenciamento, entre outros).
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	Como avalia a forma de gestão, incluindo: mecanismos, resultados e quaisquer ajustes relacionados à forma de gestão.
GRI 205: Combate à corrupção 2016	205-1 Operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção	Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção, bem como os riscos significativos relacionados à corrupção identificados nas avaliações.
	205-2 Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção	Número total e percentual de membros do órgão de governança, empregados e/ou parceiros comerciais que foram comunicados sobre políticas e procedimentos anticorrupção da organização, discriminados por região.
	205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Número total e natureza dos casos confirmados de corrupção, envolvendo empregados, órgãos de governança e parceiros comerciais, bem como medidas tomadas.

TÓPICOS MATERIAIS

Saúde e segurança ocupacional

GRI Standard	Divulgação	Explicação Resumida
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	Por que o tema é material e o limite para o tópico material (onde e como ocorre o impacto).
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	Como a organização gerencia o tópico (políticas, compromissos, ferramentas de gerenciamento, entre outros).
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	Como avalia a forma de gestão, incluindo: mecanismos, resultados e quaisquer ajustes relacionados à forma de gestão.
GRI 403: Saúde e segurança ocupacional 2016	403-1 Empregados representados em comitês formais de saúde e segurança	Nível em que os comitês formais trabalhador-empresa de gestão de saúde e segurança opera dentro da organização, bem como percentual de trabalhadores cujo trabalho ou local de trabalho seja controlado pela organização e que estão representados por estes comitês.
	403-2 Tipos de lesões, taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de mortes relacionadas ao trabalho	Tipos de lesões, a taxa de lesões, a taxa de doenças ocupacionais, a taxa de dias perdidos, a taxa de absenteísmo e o número de óbitos relacionados ao trabalho para todos os empregados e não empregados, por região e gênero.
	403-3 – Trabalhadores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação	Se existem trabalhadores cujo trabalho ou local de trabalho seja controlado pela organização estão envolvidos em atividades ocupacionais que têm alta incidência ou alto risco de determinadas doenças.
	403-4 Tópicos relativos à saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos	Se os acordos formais (locais ou globais) com os sindicatos abordam tópicos de saúde e segurança. Em caso afirmativo, até que ponto, expresso em um percentual, os tópicos de saúde e segurança são abordados por esses acordos.

TÓPICOS MATERIAIS

Não-discriminação

GRI Standard	Divulgação	Explicação Resumida
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	Por que o tema é material e o limite para o tópico material (onde e como ocorre o impacto).
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	Como a organização gerencia o tópico (políticas, compromissos, ferramentas de gerenciamento, entre outros).
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	Como avalia a forma de gestão, incluindo: mecanismos, resultados e quaisquer ajustes relacionados à forma de gestão.
GRI 406: Não-discriminação 2016	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	Número total de casos de discriminação ocorridos durante o período coberto pelo relatório, bem como a situação atual dos casos e as providências tomadas.

Trabalho infantil

GRI Standard	Divulgação	Explicação Resumida
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	Por que o tema é material e o limite para o tópico material (onde e como ocorre o impacto).
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	Como a organização gerencia o tópico (políticas, compromissos, ferramentas de gerenciamento, entre outros).
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	Como avalia a forma de gestão, incluindo: mecanismos, resultados e quaisquer ajustes relacionados à forma de gestão.
GRI 408: Trabalho infantil 2016	408-1 Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho infantil	Operações e fornecedores que possam apresentar riscos significativos de ocorrência de casos de trabalho infantil, discriminados por tipo de operação e regiões consideradas como de risco.

TÓPICOS MATERIAIS

Trabalho forçado ou análogo ao escravo

GRI Standard	Divulgação	Explicação Resumida
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	Por que o tema é material e o limite para o tópico material (onde e como ocorre o impacto).
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	Como a organização gerencia o tópico (políticas, compromissos, ferramentas de gerenciamento, entre outros).
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	Como avalia a forma de gestão, incluindo: mecanismos, resultados e quaisquer ajustes relacionados à forma de gestão.
GRI 409: Trabalho forçado ou análogo ao escravo 2016	409-1 Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo	Operações e fornecedores que apresentam riscos significativos de ocorrência de casos de trabalho forçado ou obrigatório, discriminados por tipo de operação e regiões de risco, bem como medidas tomadas para inibir todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório.

Práticas de segurança

GRI Standard	Divulgação	Explicação Resumida
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	Por que o tema é material e o limite para o tópico material (onde e como ocorre o impacto).
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	Como a organização gerencia o tópico (políticas, compromissos, ferramentas de gerenciamento, entre outros).
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	Como avalia a forma de gestão, incluindo: mecanismos, resultados e quaisquer ajustes relacionados à forma de gestão.
GRI 410: Práticas de segurança 2016	410-1 Pessoal de segurança treinado em políticas ou procedimentos relativos a direitos humanos	Percentual de pessoal de segurança que recebeu treinamento formal nas políticas ou procedimentos específicos de direitos humanos e sua aplicação na segurança, bem como se os requisitos de treinamento também se aplicam a empresas contratadas para fornecer pessoal de segurança.

TÓPICOS MATERIAIS

Avaliação em direitos humanos

GRI Standard	Divulgação	Explicação Resumida
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	Por que o tema é material e o limite para o tópico material (onde e como ocorre o impacto).
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	Como a organização gerencia o tópico (políticas, compromissos, ferramentas de gerenciamento, entre outros).
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	Como avalia a forma de gestão, incluindo: mecanismos, resultados e quaisquer ajustes relacionados à forma de gestão.
GRI 412: Avaliação em direitos humanos 2016	412-1 Operações submetidas a análises ou avaliações de impacto em direitos humanos	Número total e percentual de operações que tenham sido sujeitos a análises ou avaliações de impactos relacionados a direitos humanos, discriminadas por país.
	412-2 Empregados treinados em políticas e práticas de direitos humanos	Número total de horas dedicadas ao treinamento, no período coberto pelo relatório, em políticas de direitos humanos ou procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações da organização, bem como percentual de funcionários treinados.
	412-3 Acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos à avaliação referente a direitos humanos	Número total e percentual de acordos e contratos de investimento significativos que incluem cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações de direitos humanos.

Política pública

GRI Standard	Divulgação	Explicação Resumida
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	Por que o tema é material e o limite para o tópico material (onde e como ocorre o impacto).
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	Como a organização gerencia o tópico (políticas, compromissos, ferramentas de gerenciamento, entre outros).
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	Como avalia a forma de gestão, incluindo: mecanismos, resultados e quaisquer ajustes relacionados à forma de gestão.
GRI 415: Política pública 2016	415-1 Contribuições políticas	Valor monetário total de contribuições financeiras e em espécie feitas, direta e indiretamente pela organização por país e destinatário/beneficiário.

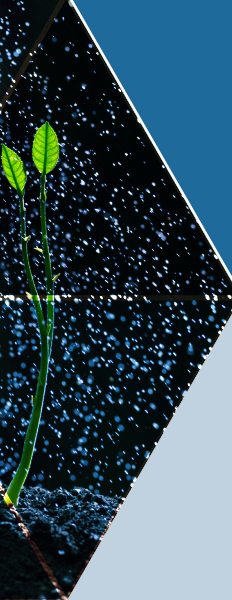
TÓPICOS MATERIAIS

Marketing e rotulagem

GRI Standard	Divulgação	Explicação Resumida
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	Por que o tema é material e o limite para o tópico material (onde e como ocorre o impacto).
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	Como a organização gerencia o tópico (políticas, compromissos, ferramentas de gerenciamento, entre outros).
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	Como avalia a forma de gestão, incluindo: mecanismos, resultados e quaisquer ajustes relacionados à forma de gestão.
GRI 417: Marketing e rotulagem 2016	417-1 Exigências para informações e rotulagem de produtos e serviços	Se são exigidas pela Organização informações para rotulagem de produtos e serviços como: terceirização de componentes do produto ou serviço; conteúdo, particularmente de substâncias que possam produzir impactos ambientais ou sociais; uso seguro do produto ou serviço; disposição do produto e impactos ambientais ou sociais; entre outros.
	417-2 Casos de não-conformidade relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços.
	417-3 Casos de não-conformidade relativos a comunicação de marketing	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínios.

Privacidade do cliente

GRI Standard	Divulgação	Explicação Resumida
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	Por que o tema é material e o limite para o tópico material (onde e como ocorre o impacto).
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	Como a organização gerencia o tópico (políticas, compromissos, ferramentas de gerenciamento, entre outros).
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	Como avalia a forma de gestão, incluindo: mecanismos, resultados e quaisquer ajustes relacionados à forma de gestão.
GRI 418: Privacidade do cliente 2016	418-1 Queixas comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes	Número total de queixas – externas ou de órgãos reguladores - comprovadas relativas à violação de privacidade do cliente, bem como número total de vazamentos, furtos ou perdas de dados de clientes que foram identificados.



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-99388-64-8



9 788599 388648